

## AS MINORIAS E A GLOBALIZAÇÃO

Elisa Rodrigues Villanueva<sup>1</sup>

Ieda Marques de Carvalho<sup>2</sup>

Márcia Delalíbera<sup>3</sup>

Neila Barbosa Osório Sinésio<sup>4</sup>

Raimunda Luzia de Brito<sup>5</sup>

Regina Stela Andreoli de Almeida<sup>6</sup>

### RESUMO

Este trabalho, ao abordar aspectos da globalização, procura salientar as conseqüências nefastas por ela causadas a segmentos sociais diversos, em especial aqueles cujo perfil não corresponde ao exigido pelo mundo globalizado. Ao mesmo tempo chama a atenção para as megatendências, que apontam um futuro em nada promissor para a maioria desses segmentos. Com isso, pretende contribuir para a reflexão e tomadas de posição mais efetivas em um mundo mais justo e fraterno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Globalização – Minorias – Sociedade.

---

<sup>1, 2, 3 e 6</sup> Doutorandas do Programa de Doutorado em Serviço Social pela UCDB/UNESP.

<sup>3 e 5</sup> Mestrandas do Programa de Mestrado em Serviço Social da UCDB/UNESP.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho oportunizou-nos abordar um tema que permite evidenciar o conhecimento e a prática específicas dos autores frente a alguns segmentos da sociedade mais atingidos pelas conseqüências nefastas da globalização, o que, sem dúvida, animou-nos a escrever.

Abordaremos, assim, a globalização em seus aspectos históricos e conjunturais, antes de enfocarmos alguns segmentos considerados como minorias e, por isso mesmo, excluídos. São eles: a criança e o adolescente, o negro, os portadores de deficiência, o índio e a mulher. Para tanto, achamos por bem deixar claro o que denominamos de globalização e de minorias.

Entendemos globalização como a internacionalização das economias e a interdependência cada vez maior entre países e regiões do planeta, com avanços tecnológicos, desenvolvimento da rede de comunicações, o que dá ao conceito de cidadania um valor universal, exigindo das profissões que elas se legitimem perante a opinião pública. Para tanto, é necessário que os profissionais sejam críticos, referindo-se sobre suas próprias profissões e a capacidade de interagir com os outros setores. Trata-se de uma tarefa difícil, que se coloca e que queremos contribuir para o seu enfrentamento.

Por minorias, chamamos os segmentos sociais que, no contexto neoliberal vigente, são excluídos do sistema por não corresponderem ao perfil produtivo exigido. É o caso dos idosos, dos índios, das crianças, dos deficientes e dos demais excluídos pelo próprio modelo econômico vigente, que não oferecem alternativas para a garantia de direitos elementares desses cidadãos.

## 1 - O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS

O processo de globalização que vivemos hoje teve como prelúdio a descoberta de novas terras, com as grandes navegações que tiveram à frente portugueses e espanhóis, durante a Idade Média. Contudo, ele realmente foi gestado com a Revolução Industrial, tendo em vista o início da consolidação do capitalismo, trazendo mudanças nas formas de organização da produção e das suas condições de reprodução.

IRIARTE (1995) apresentou interessante cronologia sobre a evolução do capitalismo, destacando aspectos que contribuíram para a compreensão da globalização como uma revolução neste final de século. Este autor, entre outros, apontou o período do século XIII ao XV, como o de surgimento de um capitalismo incipiente. Deu-se o enfraquecimento do feudalismo, desapareceu a relação senhor-escravo e começaram a surgir os Estados modernos.

Os séculos XVI e XVII delimitaram a vigência da Escola Mercantilista, na qual foi importante o papel controlador do Estado, que criou suas próprias fábricas e regulou os preços para garantir a acumulação de ouro e prata como fontes de riqueza e poder, enquanto as colônias constituíram-se apenas como fonte de matéria-prima e mercado.

O século XVIII trouxe a Primeira Revolução Industrial (Inglaterra), alterando o “*modus vivendi*” europeu. Neste período, a relação patrão-operário foi marcada pela exploração e pelo fortalecimento da burguesia.

Contudo, ainda no século XVIII, tomou corpo a Escola Fisiocrata, caracterizada pelo “*laissez-faire, laissez-passer*”, tendo em vista os pressupostos de que a economia deveria estar aberta à iniciativa privada, sem intervenção do Estado, pois, para esta Escola, “a riqueza de uma nação depende da produção e circulação de bens”. Nesta época, também, Adam Smith e seus seguidores pregaram o liberalismo econômico ou a livre concorrência e a lei da oferta e da procura (IRIARTE, 1995).

Os séculos XIX e XX trouxeram a corrente do pensamento de Keynes, que se contrapôs às idéias de Adam Smith. Para os Keynesianos, só o Estado pode garantir o pleno emprego, o que tornou necessária a sua intervenção para impulsionar os investimentos e assegurar a distribuição equitativa dos lucros. Com a crise de 1929, o Presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, colocou em prática o pensamento de Keynes, ao instituir o *New Deal*: pacto que pretendeu salvar a economia americana, a partir da área industrial. O *New Deal* estabeleceu, entre outras, medidas para buscar o alcance do pleno emprego, redefinir as relações entre patrões e empregados e implantar um sistema de previdência social.

O neoliberalismo explodiu logo após a II Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte (os grandes centros capitalistas). Foi uma revolução teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem estar. Seu “mentor” foi Friedrich Hayek, em 1944, através de sua obra “O Caminho da Servidão”. O propósito era combater o Keynesianismo e o Solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. Lançaram as bases no período em que o capitalismo avançado estava no auge (décadas de 50 e 60) e, os avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado não pareciam verossímeis.

Em 1973, chegou a grande crise do modelo econômico do pós-guerra e todo o mundo capitalista caiu em longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Aí mudou tudo. As idéias neoliberais ganharam terreno. Hayek e seus companheiros afirmavam que as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que haviam corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Para Hayek, o remédio era claro: manter um Estado forte em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, porém, parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Nos anos 80, viu-se

o triunfo da ideologia neoliberal nos países de capitalismo avançado.

A retórica neoliberal é a do modelo competitivo e resume esse modelo na palavra qualidade. Qualidade total que, no Brasil amplia e mantém a pirâmide social e as desigualdades sociais crescem. Os ricos ficam cada vez mais ricos e a exclusão social aumenta.

A globalização oferece um impressionante paradoxo: uma gama imensa de possibilidades ao ser humano, por meio da revolução tecnológica, libertando a sociedade do paradigma do trabalho e, de outro excluindo milhões de pessoas da vida ativa, deixando-as sem expectativa de sobrevivência.

## 2 - AS DIMENSÕES DA GLOBALIZAÇÃO

Registros históricos demonstram que ao longo de sua trajetória a humanidade organizou-se de formas diversas, sempre buscando respostas para os problemas e/ou necessidades sentidas.

Alguns dos conceitos forjados pela história precisam ser reformulados, já que processos como o da globalização os tornaram obsoletos e vêm alterando a organização conhecida.

Valendo-nos da análise de VIEIRA (1997), que apresentou cinco das dimensões da globalização, procuraremos tecer algumas ponderações sobre o assunto.

- 1) Dimensão econômica: no mundo globalizado, conforme demonstrou VIEIRA (1997 : 80), “*Os agentes mais dinâmicos (...) não são os governos (...) mas os conglomerados e empresas transnacionais*”. VIEIRA complementou afirmando que algumas das mais importantes decisões na economia globalizada - o câmbio e os rendimentos da poupança, dentre outros - são tomadas pelo mercado financeiro. As conseqüências são sentidas em todos os continentes.

- 2) Dimensão política: a era global, buscando respostas para as crises do capitalismo, terminou por gerar outras, para as quais são ainda aguardadas fórmulas eficientes. Assim, como pode ser entendida a soberania, se os territórios passaram a ser praticamente de todos os que desejarem investir ali, fazendo com que os interesses deixassem de ser nacionais para se tornarem internacionais?
- 3) Dimensão social: a Folha de São Paulo dedicou todo um caderno para reflexões pertinentes ao trabalho, exatamente no dia comemorativo ao trabalho, no ano passado, evidenciando que “*o mundo abriga 800 milhões de pessoas sem emprego*”. Trata-se de um dado estarrecedor por ser um fenômeno internacional - como são hoje todos os fenômenos - e por demonstrar que o próprio conceito de cidadania deve ser repensado, no mesmo século em que ocorreu a conquista dos direitos sociais.

No Brasil, vemos o contingente de excluídos elevar-se. O acesso à saúde, aqui entendida em seu todo, é privilégio de poucos. Torna-se difícil entendermos como pode ser combatida a miséria e o que ela envolve (fome, doença, mortalidade infantil...), sem que ao ser humano seja oferecida a chance de uma vida digna, com trabalho, educação e saúde, que consideramos os pilares de sustentação da cidadania.

- 4) Dimensão ambiental: há poucas décadas, o homem tornou-se capaz de observar a catástrofe que as formas adotadas na transformação da natureza tinham provocado no planeta. Além da extinção de espécies, inúmeras foram as áreas degradadas. Os estudos desenvolvidos demonstram que os desequilíbrios provocados atingem e/ou atingirão a todos, podendo, como exemplo, ser mencionados: o “efeito estufa”, a destruição da camada de ozônio ou a redução de áreas agricultáveis, que se traduzem, respectivamente, na elevação da temperatura média global, na incidência de doenças e na redução da produção de alimentos.
- 5) Dimensão cultural: os meios de comunicação vêm, há muito, divulgando os usos e costumes de todos para todos. Com isso, é de se supor que sejam transmitidos também, por via de mão única, dos países centrais para os considerados periféricos, os elementos culturais e ideológicos.

Os efeitos da globalização na cultura dos povos logo serão sentidos. Podemos observar que elementos do nosso folclore são esquecidos, que nossas raízes estão sendo relegadas ao passado.

Ao futuro - e somente ele poderá revelar - ficam muitas questões que aguardam respostas. A essas podemos acrescentar mais uma: qual será a identidade do homem global?

### **3 - AS MINORIAS FRENTE À GLOBALIZAÇÃO**

#### **3.1 - O ÍNDIO**

Ao aportarem em terras brasileiras, por volta de 1500, os europeus acharam-se no direito de se proclamarem os donos das terras que estavam ocupadas há mais de quatro mil anos, pelos povos autóctones.

Na mão dos portugueses e demais conquistadores, as novas terras e seus habitantes deveriam incorporar-se à economia ocidental e à cultura européia; porém, do ponto de vista dos povos indígenas, isto significava um processo de assimilação totalmente submisso. Cultura, religião, língua e modelos de organização econômica, política e social lhes foram impostos em detrimento de sua identidade e de seu desenvolvimento enquanto povo. Suas expressões culturais e valores foram vistos como empecilho ao progresso e à modernidade.

No início deste século, o extermínio dos povos indígenas assumiu proporção tal que entidades internacionais defensoras de direitos humanos manifestaram-se de forma veemente contra esta situação. O resultado foi o surgimento de políticas e práticas indigenistas, maquiadas por um suposto respeito às singularidades indígenas. A realidade expressou um etnocentrismo que propunha a lenta e gradual integração dos índios à chamada cultura ou sociedade nacional, desconsiderando

seus direitos a uma identidade étnica e culturalmente diferenciada. Esta situação veio permeando todo o século XX.

Só a partir da Constituição de 1988, o modelo de integração pluralista - que reconhece e valoriza as culturas indígenas como instrumentos de autodeterminação e da real dimensão sócio-histórica e política dos índios, na composição de um país multiétnico, plurilíngüe e pluricultural - passou a ser aceito oficialmente e sua implantação incentivada. Estabeleceu-se, em relação aos índios, um novo quadro político que reconheceu, definitivamente, a existência e a importância da diversidade étnica e cultural dos povos indígenas (Artigos 22, 210, 215, 231 e 232 da Constituição).

Todavia, há um hiato entre o texto legal e a sua prática. Nestes dez anos, o governo federal e os parlamentares não priorizaram a tramitação do novo Estatuto do Índio ou deixaram a política indigenista e o tratamento da sistemática de demarcação das terras e outros assuntos à mercê de interesses anti-indigenistas. A globalização gerada pelo neo-liberalismo vem cumprindo um papel excludente, reforçando preconceitos e conceitos ideologizados que contribuem para manter os povos indígenas alijados em uma realidade em que prevalecem os interesses econômicos e grassa a exclusão social. Se a globalização acarreta o desaparecimento das sociedades nacionais no contexto da sociedade global, que dizer das sociedades indígenas?

### 3.2 - O NEGRO

A liberdade e a igualdade são duas dimensões dos direitos humanos - dentre outras - sob responsabilidade dos indivíduos e da coletividade, sendo reguladas pelo Estado.

Reportando-nos à história, o negro veio para o Brasil privado desse dois preceitos. Não tinha liberdade porque era escravo e não era igual porque era considerado como animal, sem alma, sem direitos e sujeito à chibata.



Os negros brasileiros foram libertados da escravidão em 13 de maio de 1888, contudo, a situação do negro hoje não mudou muito. Foi assinada uma lei que libertava os escravos, que os tirava do cativo e os colocava na insegurança de uma vida sem teto, sem escola, sem trabalho, sem comida, sem direitos elementares. A abolição era, politicamente, necessária para responder aos interesses econômicos europeus - ao novo regime - e também para mostrar que esta “situação nova” não chegou ao ex-cativo. Chegou só ao senhorio branco, que pôde, assim, satisfazer às exigências da coroa inglesa, em regime de produção manufaturada lá e de insumos cá.

A abolição transformou-se em uma lei que tirou o negro da senzala, mas o incorporou insatisfatoriamente à sociedade existente ontem e hoje. A escravidão acabou há mais de 100 anos, mas deixou uma série de feridas abertas.

Os brasileiros livres, durante mais de três séculos, viram os negros não como pessoas, mas como simples instrumentos de trabalho, que tinham que ser substituídos quando envelheciam ou adoeciam e, para trabalharem bem, tinham que ser chicoteados. Era uma corrente: o negro trabalhava, o negro produzia e todos se sustentavam desse trabalho, dessa produção.

Sentiu-se então que, a questão do negro assume uma especificidade e uma relevância maiores. Ainda hoje, o negro se constitui na grande maioria da população explorada, por isso mesmo sofre de forma mais violenta a pressão dos mecanismos ideológicos de rejeição e de sujeição.

Para mudar esse quadro, faz-se necessário que, com vontade política, o Estado introduza alterações na escola, desde o pré-escolar até a universidade, que possibilite mudar a representação social que o negro tem no consciente coletivo.

Nos dias atuais, em que a Globalização visa mais o econômico e o financeiro, o desemprego e a exclusão social são vistos com naturalidade e, o negro muitas vezes, vivendo na periferia, já é excluído automaticamente dos bens sociais. É no segmento negro da força de trabalho que se manifestam os efeitos mais perversos da exploração capitalista.

### 3.3 - O PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NA ERA GLOBAL

Considerando os aspectos que decorrem da globalização, vemos que o mercado de trabalho exige do trabalhador polivalência, qualificação e autonomia, qualidades que o portador de deficiência dificilmente apresenta, já que se encontra preparado para o exercício de funções mais ou menos restritas, dependendo do tipo e grau de deficiência.

Para este trabalho, procuramos conhecer a realidade do portador de deficiência de Campo Grande, especificamente no que concerne à sua inserção no mercado de trabalho. Observamos que, dentre as dezoito instituições em funcionamento, apenas uma - o Centro de Educação Multidisciplinar ao Portador de Deficiência - CEMDEF - encontra-se voltada para a habilitação e reabilitação para o trabalho, buscando, simultaneamente, promover a intermediação de emprego.

O CEMDEF é uma instituição prestadora de serviços, que conta com oitocentos associados, de idade entre dezoito e quarenta e cinco anos, atendidos por equipe multiprofissional.

O nível de escolaridade da população atendida é baixo, uma vez que dos 800 associados, aproximadamente 94 % ainda não concluíram o primeiro grau (64% encontram-se nos níveis I-IV e 30% nos níveis V-VIII); 5% encontram-se no segundo grau e apenas 1% no terceiro grau.

A entidade estimula o exercício físico, promovendo continuamente treinamento esportivo nas modalidades: futebol (de cadeira de rodas e de amputados), basquete, bocha e natação, tendo suas equipes conquistado inúmeras medalhas e troféus em campeonatos locais e nacionais. Com o mesmo intuito, é desenvolvida a dançaterapia.

Objetivando o encaminhamento ao mercado de trabalho, é oferecido aos associados curso com duração de uma semana, abordando temas como: higiene pessoal, relações humanas, direitos e deveres dos portadores de deficiência.

Inúmeras são as dificuldades do CEMDEF neste aspecto, pois,

embora a legislação vigente - Lei nº 8.112/90 - represente “garantia” de vagas em instituições públicas e privadas, estas nunca estão disponíveis, contando a entidade apenas com as obtidas através de convênios firmados, tornando a “garantia” transitória, já que, como qualquer instrumento congênera, os convênios têm um período de vigência. No momento, o CEMDEF dispõe de cento e noventa e cinco vagas, assim distribuídas: Empresa de Telecomunicações de Mato Grosso do Sul (100), Departamento de Correios e Telégrafos (56), Caixa Econômica Federal (24) e Departamento de Inspeção e Defesa Agropecuária – IAGRO (15).

Vemos que o interesse existe somente por parte de órgãos públicos, o mesmo não ocorrendo, contrariando as determinações legais, com as empresas da iniciativa privada. Caberia aqui uma pergunta: a quem compete a fiscalização pertinente? Será que aos próprios interessados?

A realidade constatada demonstra que, considerados os objetivos da reabilitação, com o mercado globalizado, as chances do portador de deficiência ficam restritas ao trabalho abrigado ou especial, pelo fato dos mesmos não apresentarem o perfil desejado para o trabalho competitivo.

Os dados coletados demonstram que esta realidade não será transformada a curto prazo, pois podemos observar, considerando o número de usuários ou a capacidade de atendimento das instituições em funcionamento, que estão sendo acompanhados atualmente 2.466 portadores de deficiência em Campo Grande, o que corresponde a 4,08% do total aproximado de deficientes existentes no município.

### 3.4 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No Brasil, o segmento infanto-juvenil representa uma das parcelas mais expostas a violações de direitos pela família, pelo Estado e pela sociedade, portanto, a alta seletividade das políticas sociais básicas e o célere aumento do número de excluídos, potencializados, com o processo de globalização da economia, constituem-se em fontes geradoras

do surgimento e/ou agudização de várias situações que comprometem a infância e a adolescência, quais sejam: a exploração do trabalho infantil, o abuso sexual e a prostituição infanto-juvenil, o tráfico internacional de crianças, o crescente consumo de drogas, o aumento de crianças e adolescentes de rua e na rua, as prisões arbitrárias e outras mazelas configuram a vida de milhares de crianças e jovens brasileiros.

O Estado de Mato Grosso do Sul não foge à essa regra, ao exibir em cenas cotidianas os seguintes quadros:

- **Trabalho Infantil:** a exploração do trabalho infantil está presente na maioria dos municípios sul-mato-grossenses. Levantamento efetuado pelo Governo do Estado em 1997 constatou que em 56 municípios a mão-de-obra infantil é utilizada em várias atividades econômicas como colheita da erva mate, da semente da braquiária, em olarias, serrarias e outros. A situação mais emblemática do trabalho infantil no Estado é na produção do carvão vegetal, o qual passou a ser combatido em 1995, através de ação em parceria entre o Poder Público e a sociedade civil.
- **Prostituição Infanto-Juvenil:** a prostituição infanto-juvenil é realidade no território do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo sua característica peculiar o porno-turismo derivado do turismo náutico, que, devido à piscosidade de seus rios, atrai muitos turistas. O Mapeamento da Prostituição Infanto-juvenil e Turismo Sexual em Mato Grosso do Sul<sup>7</sup> realizado em 1997, detectou a existência de 128 pontos de prostituição infanto-juvenil em 9 municípios classificados como pólos turísticos.
- **Adolescente Autor de Ato Infracional Sob Medida de Internação:** estudos têm comprovado a correlação positiva entre pobreza e violência, sendo que os adolescentes são vítimas potenciais da criminalização da pobreza no Brasil. O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul operacionaliza sete unidades de atendimento a adolescentes em regime de privação de liberdade, tendo passado pelas três Casas de Campo

---

<sup>7</sup> O levantamento foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social – IBISS, financiado com recursos do Ministério da Justiça e PROMOSUL (1997 / 1998)

Grande, no período de julho de 97 a julho de 98, cerca de 676 jovens. Número expressivo para uma cidade do porte de Campo Grande.

- **Crianças e Adolescentes em Situação de Rua:** a falta de equidade na distribuição de renda provoca uma relação direta com a problemática de meninos e meninas em situação de rua e na rua. O que se presencia hoje, principalmente nos grandes centros, são crianças e jovens nas ruas em busca de sustento, como alternativa de vida. Dados levantados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social indicam um número de 74 crianças e adolescentes que se encontram em situação de estratégia de sobrevivência nas ruas centrais de Campo Grande.

### 3.5 - A MULHER

No âmbito da globalização, a mulher vem sofrendo um processo, cada vez mais intenso, de subalternização. A exigência de qualificação esbarra em sua, ainda considerável, dependência econômica, dupla jornada de trabalho e períodos de gestação que faz dela uma mão-de-obra de segunda opção. Na comunidade primitiva, entretanto, a mulher exercia atribuições específicas, porém em condições de igualdade com os homens.

Segundo AMMANN, “(...) *o processo decisório concernente à questão da tribo passava por conselhos, dos quais homens e mulheres participavam em condições de igualdade*” (1997).

As modificações se iniciaram com a substituição da propriedade coletiva pela propriedade privada e, conseqüentemente, pela abolição do matrimônio poligâmico, cuja linhagem da filiação era determinada pelo tronco materno, e a emergência do matrimônio monogâmico, necessário para assegurar a transmissão dos bens materiais a seus descendentes, levando a filiação a ser definida pela vertente paterna.

Uma nova divisão do trabalho vem a se estruturar e a mulher é confinada ao campo reprodutivo, ali permanecendo até a expansão do capitalismo.

Com o surgimento do capitalismo, a mulher é convocada para o trabalho produtivo, com o objetivo de também dela ser extraída a mais valia. Torna-se, assim, duplamente explorada ao manter suas funções domésticas e enfrentar condições de trabalho escravizantes (jornadas mais prolongadas e salários inferiores aos dos homens).

Não só no trabalho e na família, mas em outras áreas, a mulher é, ainda hoje, discriminada. “*Trabalha mais, ganha menos, tem fatias irrisórias de poder*” (AMMANN,1997).

Frente à globalização da economia, quando bens e serviços são oferecidos a um mercado muito maior e o ganho de produtividade não é totalmente transferido para a sociedade, mas apenas para uma minoria privilegiada, a mulher, mais uma vez, é preterida. Diante da crise do desemprego que se instala, é a primeira a ser demitida. Quando admitida, geralmente é com os mais baixos salários. Por sua dupla jornada de trabalho, em condições flexibilizadas, está sujeita a uma maior carga de estresse.

Lamentavelmente, em megatendências da globalização da economia, levantadas por Heitor José Pereira (UFMS / 1998), a mulher continuará ainda por muito tempo sendo discriminada.

O Renascimento das artes, previsto pelo professor citado acima, vai encontrar a mulher, mais do que nunca, envolvida por condições de trabalho estressantes, intensificadas pelas novas tecnologias e processos produtivos. A emergência do socialismo do livre mercado e o declínio do “*welfare state*” vêm contribuir para aumentar a instabilidade da mulher por falta de garantias sociais específicas, e a ascensão do pacífico renunciada por Pereira, ao trazer padrões culturais mais conservadores com relação à mulher, reforçará, sem dúvida, a discriminação. Dessa forma, para a mulher, a globalização não poderá ser vista como *o mundo para todos*, mas como *o mundo para uma minoria*.

### 3.6 - O IDOSO

O medo de envelhecer é universal, está presente na maioria das pessoas e decorre, principalmente, da associação que se faz entre velhice e morte.

Diante da globalização da economia, vemos o trabalho como eixo central da realização pessoal. As pessoas não querem mais ser apenas um **número** na sociedade massificada. Neste contexto, ser velho significa não ser mais produtivo e útil, não ter mais possibilidade de concretizar aspirações de sucesso profissional ou financeiro, não ter condições de gozar os **prazeres da juventude**, não ter mais perspectivas na vida e não ser capaz de sentir e, sobretudo, de gerar amor. Portanto, a velhice em nossa cultura é oprimida, despojada e banida.

Dentro do processo de globalização, os recursos humanos são o principal fator estratégico de competitividade. BOSI (1995) afirmou que a sociedade globalizada desarma o velho, mobilizando a tecnologia de produção, orientada para oprimir a velhice e substituir a lembrança da memória pela história oficial celebrativa.

Logo, ser velho no mundo globalizado é lutar para continuar sendo homem.

Oprime-se o velho por intermédio de:

- **mecanismos institucionais** - aposentadoria, asilos, e outros;
- **mecanismos psicológicos** - sutis e quase invisíveis, como a tutela, a recusa do diálogo e da reciprocidade, que forçam o velho a comportamentos repetitivos e monótonos, a tolerância de má-fé, que na realidade é banimento e discriminação;
- **mecanismos técnicos** - as próteses e a precariedade existencial daqueles que não podem adquiri-las; e
- **mecanismos científicos** - as “pesquisas” que demonstram a capacidade e a incompetência sociais do velho.

BEAUVOIR (1976) perguntou como deveria ser uma sociedade para que o homem permaneça um homem? A resposta é radical “(...) *seria preciso que ele sempre tivesse sido tratado como um homem*”.

Na globalização, a ciência tende à simplificação e à generalização, empobrecendo a complexidade real da existência de seres concretos.

BOSI refletiu em seu livro sobre a decaída da arte de contar histórias, e a arte de trocar experiências. Segundo ele, dentro desta sociedade global, matamos a sabedoria e vivemos o sentimento angustiante e indescritível do que significa perder a comunidade participativa que definia a humanidade.

Os idosos ficam cada dia que passa com a sensação destrutiva de ser pessoa sem valia, sem função, um verdadeiro “refugio” social. Todas as sensações que o velho experimenta são desencadeadas, na grande maioria das vezes, pelo modo como a sociedade capitalista o trata. A sociedade globalizada, priorizando o *ter* em detrimento do *ser*, vem reforçar a exclusão do idoso, aquele que é mais e tem menos.

#### **4 - CONCLUSÃO**

As redefinições do capitalismo contemporâneo, as mudanças nas relações entre capital e trabalho, o processo de globalização, as mudanças no “*welfare state*” e o avanço do neoliberalismo, enquanto paradigma político e econômico, trazem, como uma de suas consequências, o aceleração do processo de exclusão social.

Tal exclusão se manifesta tanto pela impossibilidade de acesso às políticas sociais básicas, como pela ampliação de uma população caracterizada pela pobreza, não apenas material, mas de direitos e possibilidades.



É importante assinalar que o aumento da exclusão não vem ocorrendo por acaso, uma que, dentre as decisões do Consenso de Washington (Seminário que reuniu, em 1990, economistas norte-americanos e instituições internacionais como o FMI, em que se definiram medidas econômicas neoliberais voltadas para a reforma e estabilização das economias “emergentes”, notadamente as latino-americanas), a área social, não foi contemplada. E os expressivos e sucessivos cortes orçamentários sofridos por esta área confirmam tal afirmação.

Muito embora o Consenso de Washington venha sofrendo um processo de autocrítica, a partir de alguns de seus ideólogos, que defendem a necessidade de um novo consenso que contemple questões vitais como: emprego, saúde, educação, meio ambiente e também a questão tecnológica, persiste no Brasil a política de redução de programas sociais através de cortes orçamentários.

Grupos social e politicamente engajados, como a Igreja Católica e Intelectuais, vêem a interferência de grupos financeiros internacionais na economia brasileira como principal responsável pelos graves problemas sociais dos ditos países emergentes.

A globalização da economia penaliza os países pobres gerando o desemprego que, por sua vez, aumenta os índices de violência, miséria e analfabetismo.

Nesse quadro, entende-se que a melhor conduta a ser assumida pelos governantes seria a criação de uma rede de proteção social segura e eficaz, capaz de garantir um mínimo de bem estar e dignidade aos mais pobres.

## ABSTRACT

This work, without entering aspects of globalization, searches to point out the consequences which are considered doleful caused by them to diverse social segments, specially those whose profile does not correspond which is required by the globalized world. At the same time it calls the attention to megatendencies, that point out to a future which is nothing promisory for the majority of those segments. With that, it pretends to contribute for a reflexion and directed to a more effective positions in a more just and fraternal world.

**KEYWORDS:** Globalization – Minorities – Society.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMMANN, Safira B. Mulher: trabalha mais, ganha menos, tem fatias irrisórias de poder. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo : Cortez, n.55, 1997.
- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice: a realidade incômoda*. São Paulo : Difel, 1976.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. 4.ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- BRASIL. Leis. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1998.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. *Normas internacionais sobre a reabilitação profissional e emprego de pessoas portadoras de deficiência/ Organização Internacional do Trabalho*. Brasília : CORDE, 1994.

- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. *Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência: um guia para organizações de trabalhadores*. Brasília : CORDE, 1994.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. Programa. Nacional de Direitos Humanos. *Gênero e raça: todos pela igualdade de oportunidades – teoria e prática*. Brasília-DF : MTb/Assessoria Internacional, 1998.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Previdência e Assistência Social. *Para combater a violência sexual contra crianças e adolescentes*. Brasília : Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1997.
- CARDOSO, Edson Lopes. *Bruxas, espíritos e outros bichos*. Minas Gerais : Mazza, 1992.
- CARVALHO, Ieda M. *Professor indígena: um educador do índio ou um índio educador?* Campo Grande-MS : UCDB, 1998.
- CARVALHO, Luiza. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, (57), 1998.
- IRIARTE, Gregório. *Neoliberalismo sim ou não*. 2.ed. São Paulo : Paulinas, 1995.
- O COLAPSO do trabalho. *Folha de São Paulo*, 01 maio 1998. Caderno Especial, p.1.
- PAULO NETO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo : Cortez, (50), 1996.
- PEREIRA, Heitor José. Megatendências da globalização. Curso de Especialização em Gestão Governamental, UFMS, 1997/1998. (Texto de aula).
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 3.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. 8.ed. São Paulo : Best Seller, 1994.
- SPOSATI, Aldaíza. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo : Cortez, (55), 1997.
- STIGLITZ, Joseph. O pós-consenso de Washington In: *Jornal Folha de São Paulo*, 12 jul. 1998. Caderno Mais.
- TREVISAN, Leonardo. *Abolição um suave jogo político*. 2.ed. São Paulo : Moderna, 1988.
- VERAS, Renato. *País jovem com cabelos brancos*. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1994.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro : Record, 1997.